ORDEM DOS MÉDICOS

SECÇÃO REGIONAL DO SUL

ANEXO I

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objecto

O objecto deste ajuste direto, e do contrato a celebrar, consiste, de acordo com as condições descritas neste Caderno de Encargos, na aquisição de serviços de manutenção e helpdesk do sistema de gestão documental designado por edoclink.

Artigo 2.º
Preço Base

1. O preço-base é o preço máximo que a Ordem dos Médicos se dispõe a pagar pelo bem que constitui o objecto da contratação.
2. O preço base é € 29.515,00 (vinte e nove mil e quinhentos e quinze euros) sem IVA incluído, que corresponde aos seguintes preços unitários:

a) Manutenção edoclink:
   Licença servidor edoclink até 90 utilizadores (3) 9.900,00 €
   Módulo edoclink DigiSign (3) 1.485,00 €
   Módulo edoclink Reporting (3) 1.980,00 €
   Módulo edoclink Entidades em Base de Dados (3) 900,00 €
   Módulo de impressão de etiquetas de códigos de barras (3) 150,00 €
   Módulos edoclink Connector para Kofax Express - 2 licenças (3) 600,00 €
   Módulo edoclink OnLineDesk (3) 4.500,00 €

b) Manutenção software de digitalização:
   Sofware Kofax Express Desktop - 2 licenças (3) 600,00 €

c) Serviços de Helpdesk:

Pacote de 50 horas de Help Desk 9.000,00€

Artigo 3.º

Duração

O contrato terá a duração de 3 (três) anos.

PARTE II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Artigo 4.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária à celebração do contrato, no prazo de 5 dias úteis, após a notificação de adjudicação, nomeadamente:
   a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos;
   b) Documento comprovativo de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Artigo 5.º

Obrigações do adjudicatário

1. Da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

   a) Ao abrigo da Manutenção do licenciamento do edoclink, durante o período de vigência do contrato, o adjudicatário obriga-se a:

   • Informar o CRS sobre o lançamento de novas versões do produto, e disponibilizá-las para instalação pela Ordem dos Médicos (manutenção evolutiva);

• Estender a garantia do produto, informando o CRS sobre as atualizações que corrigem erros reportados, e disponibilizá-las para instalação pela Ordem dos Médicos (manutenção corretiva);

• Disponibilizar documentação sobre as atualizações e novas versões do produto;

• Assegurar a compatibilidade dos Web Services fornecidos inicialmente com as novas versões do produto que venham a ser disponibilizadas;

• Conservar os Programas Fonte atualizados de todos os produtos edoclink licenciados à Ordem dos Médicos.

b) Fornecer a manutenção para o seguinte conjunto de software:

• Software de Gestão Documental edoclink

• Licença servidor edoclink até 90 utilizadores

• Módulo edoclink Digisign

• Módulo edoclink Reporting

• Módulo edoclink Entidades em Base de Dados

• Módulo edoclink de impressão de etiquetas de códigos de barras

• Módulo conetor edoclink /Kofax Express – 2 licenças

• Módulo edoclink OnlineDesk

• Software de digitalização • 2 licenças Kofax Express Desktop

c) Disponibilizar horas de serviço, enquadradas num determinado tempo de resposta às solicitações reportadas, nomeadamente:

• Esclarecimento de dúvidas relacionadas com a utilização do sistema edoclink

• Esclarecimento de dúvidas técnicas

• Diagnóstico e resolução de ocorrências reportadas, no conjunto de sistemas / aplicações que constituem a solução edoclink (software base e módulos adicionais incluindo add-ins MS Office)

• Apoio na execução de tarefas de operação e administração do edoclink (backups de dados, gestão de repositórios de dados e de documentos)

• Instalação remota de upgrades do sistema edoclink, em quantidade igual ou inferior ao limite previsto no modelo de serviço contratado.

d) O tempo de resposta deve ser de 4 horas.

Artigo 6.º

Obrigações da Entidade Adjudicante

1. Pela aquisição dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. São ainda obrigações da entidade adjudicante:
    a) Manter o ambiente na área de funcionamento de acordo com as especificações comunicadas previamente e por escrito;
    b) Permitir o acesso ao sistema e aos produtos, sujeito às regras de segurança da Ordem dos Médicos;
    c) Prestar ao adjudicatário todas as informações necessárias ao cumprimento do contrato.

Artigo 7.º

Condições de pagamento

O pagamento será realizado de acordo com o seguinte plano:

• Primeiro ano:

a) Manutenção do software edoclink: com a assinatura do contrato, que coincide com o início do usufruto da mesma;

b) Manutenção do software de digitalização: com a assinatura do contrato, que coincide com o início do usufruto da mesma;

c) Serviços de Helpdesk do edoclink: trimestralmente no final de cada trimestre, o valor correspondente às horas consumidas, iniciando-se a contagem com a assinatura do contrato.

• Segundo ano

a) Manutenção do software edoclink: um ano após a primeira fatura;

b) Manutenção do software de digitalização: um ano após a primeira fatura:

c) Serviços de Helpdesk do edoclink: trimestralmente no final de cada trimestre, o valor correspondente às horas consumidas, iniciando-se a contagem um ano após a assinatura do contrato.

• Terceiro ano

a) Manutenção do software edoclink: dois anos após a primeira fatura;

b) Manutenção do software de digitalização: dois anoa após a primeira fatura;

c) Serviços de Helpdesk do edoclink: trimestralmente no final de cada trimestre, o valor correspondente às horas consumidas, iniciando-se a contagem dois anos após a assinatura do contrato.

Artigo 8.º

Aceitação

O simples silêncio da entidade adjudicante não significa, nem expressa nem tácita, aceitação dos serviços fornecidos, nem a renúncia a qualquer direito que lhe assista em resultado do cumprimento defeituoso ou incumprimento do contrato objecto do presente procedimento.

Artigo 9.º

Dever de Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à OM Sul de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Parte III

OUTRAS DISPOSIÇÕES

Artigo 10.º

Incumprimento

1. No caso de mora no cumprimento, ou cumprimento defeituoso, do contrato por parte do adjudicatário, poderá a entidade adjudicante interpelar o adjudicatário para cumprir pontualmente o contratado, quando tal ainda for possível e se mantenha o seu interesse na prestação, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que a Ordem dos Médicos sofra na sequência de tais actos.
2. Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior deverá o adjudicatário cumprir o contrato imediatamente e de forma integral e satisfatória.

Artigo 11.º

Condições do serviço e Penalidades

1. No caso de atraso ou de incumprimento do contrato, por causa imputável ao adjudicatário, poderá, em função da respectiva gravidade, ser aplicada uma penalidade

2. definida com referência ao valor hora pago pela prestação de serviços, até ao limite de 10% do valor contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Ordem dos Médicos tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A Ordem dos Médicos pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicáveis nos termos da presente cláusula, desde que notifique previamente o adjudicatário das mesmas.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Ordem dos Médicos exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 12.º

Casos fortuitos ou de força maior

Qualquer das partes ficará exonerada do cumprimento das suas obrigações contratuais em casos de força maior, desde que adequadamente comprovadas e estejam fora do seu controlo e previsão e a impossibilitem de reagir a essas circunstâncias, e apenas durante o período em que tais circunstâncias persistirem.

Artigo 13.º

Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omisso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Artigo 14.º

Prevalência

1. Fazem sempre parte integrante do contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.

2. Em caso de divergência entre documentos, ou entre os documentos e o contrato, aplica- se o disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.

Artigo 15.º

Protecção de Dados

1. A Ordem dos Médicos informa que os eventuais dados pessoais recolhidos no âmbito da celebração e vigência do presente contrato têm por objectivo /finalidade o cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo.

2. Nesta conformidade, os dados necessários podem ser comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira e a quaisquer outras entidades que, de acordo com a lei e os fins que prossigam, tenham direito a aceder aos dados pessoais eventualmente tratados.
3. Os dados pessoais recolhidos serão guardados e tratados durante o período de vigência do contrato e, após a sua cessação, pelo prazo que a legislação fiscal indicar e que, atualmente, é de dez anos.
4. O titular dos dados tem o direito de acesso aos seus dados e de requerer a sua retificação, o direito de aceder ao registo do seu tratamento, o direito ao seu apagamento (“direito a ser esquecido”) após o decurso dos prazos legais decorrentes da legislação fiscal ou outra aplicável, bem como o direito à sua portabilidade (direito a receber os dados num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática ou de transmitir os seus dados a outrem).
5. Com a adesão ao caderno de encargos o adjudicatário compromete-se expressamente a respeitar o Regulamento Geral de Protecção de Dados, na versão actualmente em vigor.

Artigo 16.º

Rescisão do contrato

A Ordem dos Médicos Sul pode denunciar o contrato a qualquer momento da sua vigência, mediante comunicação enviada por carta registada com aviso de recepção, com uma antecedência não inferior a 90 dias.

ORDEM DOS MÉDICOS

SECÇÃO REGIONAL DO SUL

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57. ° do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ([1])... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ([2]) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ([3]):
a).....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456. ° do Código dos Contratos Públicos a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81. ° do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e)* e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.° do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ([4])

Notas:

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.°

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.°

ORDEM DOS MÉDICOS

SECÇÃO REGIONAL DO SUL

ANEXO III

(DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO)

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º